



Educação e Surdez: Libras como ferramenta para inclusão escolar - caderno de formação para professores da educação profissional e tecnológica no IFSULDEMINAS, Campus Poços de Caldas

Education and Deafness: Libras as a Tool for School Inclusion - Training Handbook for Teachers in Professional and Technological Education at IFSULDEMINAS, Poços de Caldas Campus.

Lucas L Fuini ¹, Lucinéia de S Oliveira ²

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

RESUMO

Considera-se como premissa deste estudo, a condição de que muitos professores obtiveram sua trajetória formativa anterior às atuais legislações que envolvem a inclusão, acessibilidade e o conhecimento básico para a inclusão de alunos surdos. Diante disso, esta pesquisa procura discutir e compreender as percepções dos professores a respeito da inclusão de alunos surdos e qual a necessidade de uma formação continuada em Libras, para que o ambiente de sala de aula seja mais inclusivo no IFSULDEMINAS, campus Poços de Caldas. Dessa forma, a pesquisa tem também, como intuito, contribuir com um produto educacional que possa trazer informações importantes sobre a Libras e sobre a pessoa surda por meio de uma formação continuada para os professores do ensino técnico integrado. A metodologia delineada é a pesquisa qualitativa e documental, tendo como método de abordagem o dialético. A fundamentação teórica, inclui trabalhos de Correia e Neves (2019), Skliar (2013), Moura (2013), Dias (2015), Strobel (2009), Kaplún (2003), Leite (2018), Pasqualli *et al* (2018), dentre outros autores trazendo conceitos que norteiam o tema proposto. Tendo como instrumento de pesquisa um questionário semi estruturado (*survey*), elaborado no formulário *Google*. A análise dos resultados foi descritiva, reflexiva e técnicas quantitativas para a verificação dos dados.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica; caderno de formação continuada; língua brasileira de sinais; IFSULDEMINAS.

ABSTRACT

As a premise of this study, it is considered that many teachers obtained their formative trajectory prior to current legislation which involves inclusion, accessibility, and basic knowledge for the inclusion of deaf students. In light of this, this research seeks to discuss and understand teachers' perceptions regarding the inclusion of deaf students and the need for ongoing training in Brazilian Sign Language (Libras), in order to create a more inclusive classroom environment at IFSULDEMINAS, campus Poços de Caldas. Thus, the research also aims to contribute with an educational product that can provide important information about Libras and deaf individuals through ongoing training for teachers in technical integrated education. The outlined methodology is qualitative and documentary research, employing a dialectical approach as the method of analysis. The theoretical foundation includes the works of Correia and Neves (2019), Skliar (2013), Moura (2013), Dias (2015), Strobel (2009), Kaplún (2003), Leite (2018), Pasqualli *et al.* (2018), among other authors, bringing concepts that guide the proposed topic. The analysis of the results was descriptive, reflective, and employed quantitative techniques for data verification.

Keywords: professional and technological education; ongoing education handbook; brazilian sign language; IFSULDEMINAS

1. Introdução

O processo educacional das pessoas com deficiência no Brasil passou por diferentes fases, com a seguinte trajetória: exclusão, segregação, integração, até chegar a inclusão, conforme destaca Sassaki (2020). O autor relata que, em cada momento, as pessoas com deficiência tinham um tratamento diferente e, a princípio, eram excluídas totalmente do processo educacional, vistas como incapazes de serem alfabetizadas “[...] eram consideradas indignas de educação escolar” (SASSAKI, 2020, p. 10). Diante disso, é possível inferir que a inclusão foi um processo histórico e não aconteceu de forma rápida, foi preciso muita luta e a intervenção de políticas públicas, para que fossem assegurados os direitos das pessoas com deficiência, enquanto cidadãos brasileiros.

Nesse contexto, estão os educandos surdos, assim como, as pessoas com outros tipos de deficiência que passaram pelas mesmas fases trabalhadas, por Sassaki (2020), acrescida das fases educacionais do oralismo, da comunicação total e do bilinguismo. Para Mori e Sander (2015, p. 14), “O bilinguismo é uma realidade brasileira arduamente construída ao longo da história. Com ele, o povo surdo brasileiro escreveu uma nova história no capítulo das suas vidas, com possibilidade de acesso ao conhecimento e conquista do livre arbítrio.”

Para tanto, é importante entender que o desenvolvimento educacional do aluno surdo vai depender da forma como são trabalhados os conteúdos curriculares durante o seu processo de ensino e aprendizagem. Um recurso importante a ser usado para que possam assimilar os conteúdos, de acordo com Correia e Neves (2019, p. 8), é o uso de “[...] recursos visuais imagéticos [...] o sentido e significado do texto imagético, dota a representatividade do olhar do docente frente ao ensinante surdo”.

Como, o educando surdo é visual, é importante que essa informação seja levada em consideração durante as aulas, quando o docente faz uso de imagens, enquanto ministra suas aulas, desperta no surdo o interesse por ela, visto que de acordo com Skliar (2013, p. 28), o “[...] processamento da informação, e todas as formas de compreender o universo em seu entorno, se constroem como experiência visual.”

Desta forma, é importante pensar na formação continuada dos professores da Educação Profissional e Tecnológica - EPT, para que o contato com os surdos não seja limitado, mas que possa dar a possibilidade de uma compreensão comunicativa através da sua língua, Língua Brasileira de Sinais - Libras, e de recursos que favoreçam seu aprendizado.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é discutir e compreender as percepções dos professores a respeito da inclusão de alunos surdos e qual a necessidade de uma formação continuada em Libras, para que o ambiente de sala de aula seja mais inclusivo no IFSULDEMINAS, campus Poços de Caldas, visto que em seus percursos profissionais poderão se deparar com pessoas com surdez que utilizam a Libras como forma de comunicação.

É importante destacar que o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, traz em seu art. 2º a seguinte definição: “[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras” (BRASIL, 2005). Diante desta definição, deve-se atentar às especificidades da pessoa com surdez em seu processo educacional, dando-lhe a possibilidade de aprender, utilizando sua língua materna através de experiências visuais.

Para atingir o objetivo aqui proposto buscou-se, na pesquisa, discutir um pouco sobre a educação inclusiva dentro de uma proposta humana integral, Educação Profissional e Tecnológica, também foram trazidas informações sobre: o percurso

histórico da educação dos surdos no Brasil, a formação continuada de professores, com foco na inclusão e proposta de formação continuada de professores, para educação dos alunos surdos, através do Produto Educacional (PE), utilizando um caderno de formação contendo conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Para tanto, a pesquisa em questão traz como método de abordagem o dialético, visto que, tem como características principais a possibilidade de discussão, de argumentação e da provocação, Ludwing (2014) descreve que para Marx há dois momentos que constituem o método dialético:

[...] o da investigação e o da exposição. No momento da investigação, o pesquisador identifica os pormenores do objeto, analisa as formas de sua evolução e verifica a conexão existente entre elas. No momento da exposição, o pesquisador descreve, de modo pertinente, o movimento do real. (LUDWING, 2014, p. 222)

Portanto o uso deste método, dará ao pesquisador a possibilidade de estudar a realidade do seu objeto de pesquisa.

Para Marconi e Lakatos (2017), a análise dialética não é feita em objetos fixos, mas sim em objetos em movimento, visto que, o objeto em estudo está sempre em processo de transformação e de desenvolvimento. Portanto o uso deste método, dará ao pesquisador a possibilidade de estudar a realidade do seu objeto de pesquisa.

A pesquisa em si será qualitativa e documental, devido aos objetivos traçados, pois necessitam de uma análise mais minuciosa dos dados coletados propostos por meio de questionário. Para Ludwing (2014, p. 205), “A pesquisa qualitativa, por sua vez, leva em conta a junção do sujeito com o objeto e busca fazer uma exposição e elucidação dos significados que as pessoas atribuem a determinados eventos”. Posto isso, oportuniza ao pesquisador estudar o seu objeto de pesquisa em seu próprio cenário, a fim de perceber o real significado dado a ele pelos sujeitos envolvidos na pesquisa. Corroborando com Ludwing (2014), André e Gatti (2014, p. 4), entendem que:

[...] pesquisas chamadas de qualitativas, vieram a se constituir em uma modalidade investigativa que se consolidou para responder ao desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais.

Para elas, esse tipo de investigação baseada em métodos qualitativos na área educacional aqui no Brasil “[...] teve muita influência dos estudos desenvolvidos na área de avaliação de programas e currículos, assim como das novas perspectivas para a investigação da escola e da sala de aula” (ANDRÉ e GATTI, 2014, p. 4). Neste intuito, a pesquisa se desenvolveu seguindo algumas etapas: no primeiro momento, foi feita uma revisão bibliográfica sobre o objeto em estudo, através de literaturas desenvolvidas na área de formação continuada, com vistas a inclusão de pessoas surdas, políticas públicas educacionais, legislação, o ensino bilíngue na educação de surdos.

Para a coleta de dados foi utilizado questionários com questões fechadas, abertas e múltipla escolha. A construção e aplicação dos questionários foram realizados através da plataforma do Google Forms e encaminhados aos participantes por email. Logo após deu-se início a elaboração do produto educacional, no formato de um caderno de formação, voltado para os conhecimentos sobre a Libras, ele foi pensado a fim de suprir uma necessidade local, tendo em vista a matrícula de alunos surdos no campus e as dificuldades que foram surgindo dentro do contexto de sala de aula e atendimentos extraclasse.

A partir dos resultados obtidos no questionário utilizado para a primeira coleta de dados com os professores objetivando investigar a área e o tempo de formação e atuação na EPT, bem como seus conhecimentos sobre a Libras e o educando surdo, foi realizada a seleção e inclusão dos conteúdos no produto educacional. Sendo Libras a língua materna dos surdos brasileiros, precisa fazer parte do processo de ensino/aprendizagem dos alunos surdos em escolas de ensino regular no Brasil, inclusive as escolas de EPT.

A partir do ano de 2005, a Língua Brasileira de Sinais - Libras, se tornou disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura de formação de professores e de Fonoaudiologia, sendo optativa nos demais cursos, de acordo com o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Porém, se os professores que atuam nos cursos técnicos integrados ao médio tiveram sua formação antes do decreto, possivelmente suas grades curriculares não contemplam a disciplina de Libras.

Nessa vertente, ocorre um questionamento: de que forma os professores da EPT podem se preparar para receberem o aluno surdo, ou seja, o usuário da Libras nos cursos técnicos, integrados ao ensino médio no IFSULDEMINAS, campus Poços de Caldas? Surge assim a necessidade e a possibilidade de uma formação continuada no contexto do IFSULDEMINAS, campus Poços de Caldas, a fim de suprir essa demanda.

Embora no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSULDEMINAS, não possua ações específicas para o educando surdo, considera relevante as ações do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), um órgão deliberativo criado para assessorar e acompanhar as ações voltadas para a educação inclusiva no IFSULDEMINAS. Esse tem ligação direta com a Pró-Reitoria de Ensino (ProEn) e também com a Diretoria de Desenvolvimento Educacional nos *campi*.

Os princípios que norteiam a Resolução nº 68 de 15 de dezembro de 2020, dispõem sobre a aprovação do Regime do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas do IFSULDEMINAS, está a questão de universalizar a inclusão dentro da Instituição, sem discriminação, com igualdade de oportunidades, respeitando a diversidade, a fim de quebrar as barreiras que impedem o desenvolvimento dos educandos com necessidades específicas, com vistas a uma formação que possibilite exercer sua cidadania, qualificação e inserção no mundo do trabalho.

O NAPNE, dentro de suas competências, contempla a implementação de políticas de acesso, bem como a permanência dos alunos com necessidades específicas para que seu processo educacional seja exitoso, respeitando sempre suas especificidades e dando-lhes a possibilidade de participação em todo o processo educacional.

No art. 5º da presente Resolução está descrito as competências do NAPNE, das quais destaco o inciso III, que fala sobre a importância de assegurar o espaço de participação do aluno incluído para que durante seu processo de formação adquira conhecimentos, tornando-se capaz de atuar em sociedade de forma autônoma e crítica. O campus Poços de Caldas desenvolve ações, a fim de cumprir suas competências, trazendo um olhar mais atento para com os alunos da inclusão e objetivando o acompanhamento deles para que obtenham sucesso em sua formação.

Observando as finalidades e características dos Institutos Federais, descritos no art. 6º da Lei nº 11.892/08, essas instituições buscam ofertar uma educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, para que seus educandos tenham formação e qualificação para a vida profissional, sejam capazes de atuarem nos diferentes setores da economia. Por isso, promover no ambiente escolar práticas que possibilitem a inclusão dos alunos surdos é primordial, e importante que os professores tenham conhecimentos prévio, sobre a Libras e sobre a pessoa com surdez inserida numa condição bicultural, pois os surdos vivem em meio a cultura surda e a cultura ouvinte. Além disso, os alunos têm a possibilidade de desenvolverem o respeito mútuo e a

empatia.

Lopes (2007, p. 66), afirma que:

A convivência surda, tanto com a comunidade surda quanto com a comunidade ouvinte, imprime traços identitários distintos nos sujeitos surdos, pois esses partilham de elos que os posicionam de formas específicas, ora com surdos - quando estão na comunidade surda -, ora como não ouvintes - quando estão entre ouvintes.

Os surdos veem, interagem e se organizam no mundo de forma visual e espacial. Minimizar os embates vivenciados por eles em meio a uma maioria ouvinte, se dá também através da Libras. Ter um profissional que se desperte para a visão socioantropológica da surdez e que saiba se comunicar em Libras, para interagir com eles, dá a pessoa surda um sentimento de valorização que interfere claramente na sua aceitação e autoestima, por isso, é tão importante o conhecimento da Libras.

O locus desta pesquisa, é o campus Poços de Caldas, teve início no final do ano de 2009, após passar por um período de manutenção e reorganização local da infraestrutura, sendo implantado de forma definitiva no ano de 2010, na ocasião foi assinado um documento de cooperação técnica entre o campus de Machado e o Município, tendo em vista o desejo de transformar o Centro Tecnológico de Poços de Caldas em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, campus Poços de Caldas, possui vários cursos, em diversas áreas e modalidades de ensino, presenciais ou EaD, nesses estão os cursos profissionalizantes, técnicos integrados ao Ensino Médio, técnicos subsequentes, especialista técnico, superiores, especialização e mestrado, além disso, o campus também desenvolve projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Esta pesquisa está voltada para os três cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, a saber, Técnico em Administração, Técnico em Informática e Técnico em Eletroeletrônica, sendo esses com duração de três anos, em que atuam professores efetivos e/ou contratados das diferentes áreas do conhecimento.

2. A Educação Inclusiva Como Proposta De Formação Humana Integral na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, são definidas no capítulo dois da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, que discorre sobre seus princípios norteadores. Os incisos I e 10 do art. 6º, trata dos princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, visto que trazem informações importantes para que a educação desenvolvida no ensino médio aconteça de forma articulada, como trata o inciso I, preparando o educando, “[...] para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante” (BRASIL, 2012b). E o inciso X, fala especificamente sobre a inclusão das pessoas com deficiência, considerando um princípio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio o “reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades” (BRASIL, 2012b).

Sendo esses princípios norteadores da Educação Profissional Técnica, é inevitável que sejam observados e praticados para que não sejam negados, nem violados, os direitos dos educandos com deficiência, a fim de evitar a exclusão ou a segregação no âmbito educacional, proporcionando-lhes maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho, com igualdade de oportunidades.

Cabe lembrar que o ser humano, em sua essência, está ligado diretamente ao trabalho e a educação, não importa se tem ou não deficiência, esta é uma necessidade do ser humano para sua subsistência. A pessoa com deficiência precisa estar preparada para sua inserção no mercado de trabalho, esclarece o art. 34 da Lei nº 13.146/2015, que “a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Porém, para que isso aconteça, é necessário que ela tenha uma educação pautada numa formação humana integral.

Pensando nessa formação, Moura (2013, p. 715) afirma que:

[...] a realidade socioeconômica brasileira exige, do ponto de vista teórico e ético-político, conceber e materializar um tipo de ensino médio que garanta uma base unitária para todos, fundamentado na concepção de formação humana integral, omnilateral ou politécnica, tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

Porém, além dessa realidade socioeconômica, está a inclusão que, igualmente precisa ser pensada de forma ética, a fim de proporcionar uma formação humana integral que respeite as diferenças e leve ao entendimento de que os alunos que são atendidos nas instituições de ensino possuem necessidades que exigem planejamento, de modo a garantir uma aprendizagem com foco no sucesso escolar.

Pensando sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho e na relação entre trabalho e educação, percebe-se uma simultaneidade, para Saviani (2007, p. 152): “isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa,” tal fato se dá, devido às características próprias do ser humano como ser pensante e racional, o que remete, de acordo com o texto de Saviani (2007), a Aristóteles, sobre a questão de proximidade e diferença, dado pela racionalidade e explica como o homem tem a capacidade de trabalhar e de se educar.

Na verdade, o que diferencia o homem de outros seres é sua capacidade de pensar e sua inteligência, o coloca em condição produtiva e o faz capaz de transformar a matéria prima em objetos pela força do seu trabalho. A essência humana não é alienada, mas ela se dá pela relação entre o homem, razão e capacidade. Sua vida produtiva ocorre pela necessidade, com relação à inclusão todo este processo precisa ser estimulado durante a formação do indivíduo incluído. Vê-se que naturalmente o ser humano está em constante aprendizado, se multiplica na forma de ensinamentos na relação entre seus pares.

Diante disso, pensando numa formação integral que proporcione o desenvolvimento dos indivíduos e que perpassa a dimensão intelectual, considerando todos os aspectos do ser humano: o físico, o social, o emocional e o cultural, a escola unitária em Gramsci traz a possibilidade de uma nova relação entre importantes conceitos, como o trabalho intelectual e o trabalho industrial, no entanto, não estão ligados apenas a escola, pois fazem parte de toda a vida em sociedade.

O conceito de escola única de Gramsci, trazida por Dias (2015, p. 76), não está relacionado ao ensino politécnico, mas, foi formulada a partir de uma relação com a escola humanista, “O conceito de homem em Gramsci permite compreender o humanismo moderno, e por consequência, a formação desse novo homem e a relação com a educação profissional.” Sendo que o princípio da escola unitária é o princípio do trabalho, porém, a educação profissional aqui relatada, não está diretamente atrelada a formar cidadãos para o trabalho nas fábricas, mas tem o objetivo de atingir uma formação mais ampla, sabedores que o indivíduo está em constante aprendizagem e desenvolvimento social e intelectual.

A perspectiva para a formação humana integral trazidas pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), vem sendo explicitada no artigo 5º da Resolução CNE/CEB n. 02/2012, baseando tanto a sua oferta e a sua organização em uma formação integral do estudante, tendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos e pedagógicos. O art 7º desta mesma Resolução trata sobre a organização curricular de oferta da educação no ensino médio apregoa que:

A organização curricular do Ensino Médio tem uma base nacional comum e uma parte diversificada que não devem constituir blocos distintos, mas um todo integrado, de modo a garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade e as características locais e especificidades regionais (BRASIL, 2012a).

No entanto, Moura (2013) sugere que para se concretizar a formação humana integral, “[...] é fundamental compreender que a histórica dualidade estrutural na esfera educacional não é fruto da escola, mas da sociedade dual/cindida em que se vive, por imposição do modo de produção capitalista” (MOURA, 2013, p. 719). Para ele, a escola deve se estruturar a fim de fortalecer tanto o modo de produção do capital, quanto dar o devido valor ao trabalho intelectual e manual. Para romper essa dualidade, não depende apenas do sistema educacional, mas também da transformação do modo de produção existente na sociedade. Porém não se deve esperar a mudança no modo de produção capitalista e sim o rompimento com a dualidade educacional para que haja uma superação do sistema capitalista.

A ideia da educação inclusiva como proposta de formação humana integral, não pode ter como objetivo único profissionalizar os educandos com necessidades educativas específicas para o mercado de trabalho, mas que proporcione a eles, experiências orientadoras para um futuro profissional consciente e maduro. Só assim, teriam subsídios para uma equidade social, com possibilidades de superação dessa dualidade educacional, bem como das desigualdades sociais.

Embora pareça enraizado em nossa sociedade que as pessoas com deficiência devam receber uma educação voltada para o assistencialismo e que a educação profissional precisa formar trabalhadores para o mercado de trabalho, ela deve dar aos alunos com deficiência condições de lutar por melhores empregos e, conseqüentemente, melhores salários, com igualdade de oportunidades, sem se sentirem obrigados a trabalhos voltados para serviços gerais, dentre outros. Muitas vezes são submetidos, não sendo proporcionado a eles a oportunidade de desenvolverem suas capacidades intelectuais e profissionais.

3. A Educação dos Surdos no Brasil - Percurso Histórico

O resgate histórico da educação dos surdos no Brasil é o primeiro passo para entender a necessidade de um olhar mais atento para a atual situação da inclusão nas instituições de ensino brasileiras. Conhecer esta história não vai trazer apenas informações, mas servirá para refletir e, ao mesmo tempo, questionar os diferentes acontecimentos que ocorreram no processo educacional dos surdos em diferentes épocas.

Ela não é difícil de ser entendida, nem tão pouco de ser analisada, no entanto, é importante observar sua evolução para que a escola não fique estagnada e, sim, promova mudanças necessárias para que os surdos tenham uma educação de qualidade com vistas a uma vida independente, pessoal e profissional.

Antes, faz-se necessário a compreensão de alguns conceitos, como por exemplo, o significado de povo surdo e comunidade surda. Strobel (2009, p. 6) descreve povo surdo

como sendo um “[...] grupo de sujeitos surdos que têm costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão.”

Com relação à comunidade surda, a autora afirma que esta comunidade não está fechada às pessoas surdas, pois fazem parte dela todos aqueles que possuem interesses em comum e participam de forma ativa nas lutas deste grupo, a saber: as famílias, os intérpretes de Libras, os professores, os amigos e, acrescenta-se também, aqueles que por um determinado tempo se envolvem nas questões surdas, seja por fazer um curso ou uma pesquisa e durante este processo se aproxima a comunidade surda em busca de conhecimento. As comunidades surdas, bem como os ouvintes que delas fazem parte, se localizam em associações de surdos, nas federações e, até mesmo, em igrejas que abrem espaços para suas discussões.

O conceito de pessoa surda no Decreto nº 5.626 de dezembro de 2005, no capítulo 1, art. 2º, traz a seguinte definição: “[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras” (BRASIL, 2005).

No parágrafo único do mesmo Decreto, conceitua-se a deficiência auditiva como “[...] a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2005).

Quanto a Língua Brasileira de Sinais - Libras, a Lei nº 10.436, parágrafo único descreve que:

[...] entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Por que é importante conhecer estes conceitos? Porque trazem subsídios que auxiliarão as instituições, bem como os profissionais que atuarão com alunos surdos, fazendo com que sejam consideradas as especificidades deles, bem como, norte em busca por ferramentas e estratégias para a inclusão.

De posse desses conceitos, voltemos ao percurso histórico da educação dos surdos. Segundo Rinaldi (1997), tradicionalmente, o surdo era conhecido como um indivíduo que não possuía condições de ser alfabetizado. Por este motivo, não tinha nenhuma noção do que era um espaço escolar, tão pouco direito de constituir família ou ter uma profissão, de ser herdeiros de bens, enfim, de ter uma vida livre como os ouvintes. Desta maneira viviam isolados, tendo que contar com a família ou com a própria sorte.

Historicamente a educação dos surdos inicia-se por volta do século XV, em que a real situação dos surdos era:

[...] não havia escolas especializadas para os surdos, pessoas ouvintes tentaram ensinar surdos; Girolamo Cardano, um italiano que utilizava sinais e linguagem escrita, Pedro Ponce de Leon, um monge beneditino espanhol que utilizava além de sinais, treinamento de voz e leitura dos lábios (RINALDI, 1997, p. 283) .

Também houve a dedicação de alguns educadores como Ivan Pablo Bonet (Espanha), Altoé Charles Michel de L'Épée (França), Samuel Heinicke e Moritz Hill (Alema-

na), Alexander Graham Bell (Canadá e EUA) e Ovide Decroly (Bélgica). Esses educadores ficaram duvidosos quanto ao método certo para a alfabetização de surdos. Uns afirmavam que o ensino deveria partir da língua oral, outros afirmavam que seria a língua de sinais, já era do conhecimento dos surdos, e também a interação entre língua de sinais e a língua oral.

No Brasil, o início da educação dos surdos acontece a partir de 1857, segundo Mori e Sander (2015): o Imperador Dom Pedro II teve uma participação importante neste início, visto que, de acordo com os autores, o interesse do Imperador do Brasil se dá pelo fato do seu genro “[...] o Príncipe Luís Gastão de Orléans, (o Conde d’Eu), marido de sua filha, a princesa Isabel, possivelmente ter sido parcialmente surdo” (MORRI E SANDER, 2015, p. 8). A história conta que Dom Pedro II convidou um professor surdo, chamado Ernest Huet, que com sua esposa chegou ao Brasil no ano de 1855, com o objetivo de fundar uma escola para surdos.

A princípio a escola recebeu o nome de Imperial Instituto de Surdos Mudos, foi fundada em 26 de setembro de 1857, hoje é o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), onde, a princípio, era utilizada a língua de sinais para ministração de aulas. No entanto, após o Congresso de Milão, que ocorreu em 1880, foi discutido e votado o oralismo como sendo a melhor forma de instrução para os surdos. Na visão do oralismo a estimulação auditiva deveria ser trabalhada, a fim de minimizar a deficiência e dar a pessoa com surdez uma personalidade ouvinte. Diante disso, o INES também precisou acatar este método de ensino, pois neste congresso ficou proibido o uso das línguas de sinais.

O objetivo do oralismo é a reabilitação da pessoa surda para uma vida dita normal, como se não fosse surda, pois, esta forma de educação via na comunicação gestual prejuízo para a aquisição da língua oral, desvalorizava as línguas de sinais, bem como a comunidade surda.

O foco do oralismo é tão somente a língua oral. Quadros (2008, p. 22) levanta uma questão importante sobre a comunicação de surdos: “[...] é possível o surdo adquirir de forma natural a língua falada, como acontece com a criança que ouve?.” Essa pergunta é muito interessante, visto que, para o oralismo, a única forma do surdo se comunicar era através da língua falada, no entanto, essa fala não aconteceria de forma natural, e sim, através de muito esforço e do trabalho fonoarticulatório intensivo.

Muitas pessoas passaram por esse processo e, segundo Quadros (2008), apesar de se investir anos na vida do aluno surdo em sua oralização, só capta, através da leitura labial, 20% da mensagem. Sua produção oral normalmente não é compreendida por aqueles que não têm convivência com ele. A autora relata que “O oralismo é considerado pelos estudiosos como uma imposição social de uma maioria lingüística (os falantes das línguas orais) sobre uma minoria lingüística sem expressão diante da comunidade ouvinte (os surdos)” (QUADROS, 2008, p. 26).

A proposta oralista surgiu como uma forma de supressão do sinal e, de certa forma, para ocultar a comunidade surda. Diante disto, não foi bem recebida e, com resultados insatisfatórios, buscou-se uma nova proposta, surgindo então a comunicação total. Ela traz a ideia de que a língua de sinais e a língua oral são línguas autônomas e de igual importância, porém o objetivo maior da comunicação total não é o aprendizado de uma língua, seja ela de sinais, no caso do Brasil a Libras, ou oral, Língua Portuguesa, mas, o foco está exclusivamente na comunicação.

A comunicação total acaba por desestruturar tanto a língua de sinais quanto a língua oral. A utilização de duas línguas concomitantemente é impossível, pois a estrutura gramatical de ambas é muito distinta, visto que uma é espacial/visual e a outra é oral/auditiva. Devido a isso, este método mostrou-se também ineficaz, pois os alunos surdos

demonstravam defasagem tanto na leitura e escrita quanto nos conhecimentos de conteúdos escolares.

Conforme estabelecido na Resolução do CNE N.º 02/2001, a educação dos alunos surdos pode ser bilíngue, facultando-lhes e as suas famílias, a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada. Diante da preocupação de tornar acessível ao aluno duas línguas no contexto escolar, surgiu o bilinguismo. Propiciando ao surdo o direito de ser ensinado através da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Língua Portuguesa (modalidade oral e escrita), com professores capacitados em momentos distintos, a depender da escolha pedagógica da escola e/ou da família.

A proposta bilíngue, segundo Quadros (2008), para o ensino da Língua Portuguesa é baseada em técnicas de segunda língua. Ou seja, partindo das habilidades cognitivas adquiridas pelo surdo, através de sua interação e experiências naturais com a Libras, ensina-se o Português. Para tanto, é preciso proporcionar ao aluno surdo esse contato, pois mesmo que ele tenha nascido em famílias de ouvintes não terá condição de aprender de forma natural o português, de forma particular usará sinais para demonstrar seus desejos e necessidades, o quanto antes tiver contato com outros surdos, melhor e mais fácil será seu desenvolvimento.

O bilinguismo envolve também a diglossia, relação entre duas línguas, uma língua é usada em determinados momentos em que a outra não é, como no caso da Libras e do Português. Os surdos normalmente só utilizam o português para o contato com ouvintes e para a leitura e escrita, enquanto que a Libras é usada em todos os outros momentos.

De acordo com estudos feitos por Quadros (2008), as pessoas surdas, filhos de pais surdos, têm melhor desempenho escolar, pois tiveram acesso a uma língua natural desde cedo e apresentam maior facilidade em desenvolver a escrita e leitura. Diferente de surdos com pais ouvintes, pois estes não aprendem de forma natural nem a língua de sinais nem tampouco Língua Portuguesa. Isso se dá porque tiveram como referência de normalidade a comunidade surda, "[...] para os surdos que nascem em famílias de surdos não há problemas, pelo contrário há identificação [...]" (QUADROS, 2008, p. 32).

O bilinguismo deve respeitar a diferença, aceitar a cultura e a língua dos surdos, deve incluir os conteúdos curriculares propostos para a educação nos diferentes níveis de ensino, pois, "[...] A escola deve ser especial para surdos, mas deve ser, ao mesmo tempo, uma escola regular de ensino [...]" (QUADROS, 2008, p. 32). Todo o conteúdo deve ser trabalhado em Libras, a Língua Portuguesa deve ser ensinada em momento específico colocando sempre para o surdo o objetivo de desenvolver a língua. A oralização, segundo Quadros (2008), deve ser trabalhada por profissionais especializados fora do horário escolar.

Educação bilíngue, em essência, não é uma proposta educacional em si mesma, mas uma proposta de educação em que o bilinguismo atua como uma possibilidade de integração do indivíduo no meio sociocultural a que naturalmente pertence, ou seja, as comunidades de surdos e de ouvintes. Educar com o bilinguismo é cuidar para que, através do acesso a duas línguas, se torne possível garantir que os processos naturais de desenvolvimento do indivíduo sejam preservados, nos quais a língua se torne instrumento indispensável. O bilinguismo não é uma nova forma de educação, mas, um modo de garantir uma melhor possibilidade de acesso a ela.

4. Formação Continuada de Professores na Perspectiva Inclusiva

Quando se cogita a formação continuada docente (FcD) é importante observar que essa formação surge de uma necessidade, seja ela individual, uma percepção de necessidade do próprio profissional, seja coletiva ou institucional, com vistas ao desenvolvimento do professor, oportunizando o aperfeiçoamento de suas práticas pedagógicas, bem

como a aprendizagem de novos saberes, e ainda a necessidade de acompanhar as mudanças tecnológicas, as especificidades dos Educandos com Deficiência (EcD), dentre outras necessidades.

Visto que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se propõem a oferecer uma educação de forma a articular a prática pedagógica, bem como os conhecimentos científicos e tecnológicos, a fim de, promoverem a geração de trabalho e renda, estimulando os processos educativos (BRASIL, 2008) objetivando o desenvolvimento socioeconômico tanto local quanto regional, é necessário que esta realidade contemple todos aqueles que ingressam nos diferentes cursos ofertados pela Rede Federal de Ensino.

Diante da diversidade na formação do corpo docente do IFSULDEMINAS, Campus Poços de Caldas, entende-se que é um grande desafio o atendimento dos alunos público alvo da educação especial, principalmente os alunos surdos, pois utilizam uma língua visual/espacial e, possivelmente, muitos docentes não tiveram acesso a disciplina de Libras em sua formação.

Para que o público-alvo da educação especial (PAEE) seja contemplado em todas as suas necessidades, garantindo-lhes o acesso e a permanência exitosa na educação profissional e tecnológica, é importante pensar na formação continuada docente na perspectiva inclusiva. O 4º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) traz justamente a garantia do acesso à educação inclusiva com qualidade, que seja equitativa e que promova oportunidades de aprendizagem para todas as pessoas incluídas na educação. Observe o que diz a meta 4.5, com relação ao Brasil:

Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência[...] (OBJETIVO..., 2015)

Isso significa que é no pensar sobre as práticas pedagógicas, no refletir sobre elas e, nas possíveis mudanças, que se traça o caminho para eliminar as disparidades na educação e as barreiras enfrentadas pelos educandos incluídos nas escolas regulares de ensino. Borba (2020, p. 5), diz que é necessário que o docente mude (e se adapte) “[...] as práticas pedagógicas, as ferramentas de intervenção e até mesmo utilizar-se de estratégias diferenciadas para elaborar recursos que facilitem a aprendizagem[...]”, para assegurar uma educação inclusiva de qualidade. A autora traz ainda que é no processo de formação de professores, dentro do ambiente universitário, que o combate à exclusão acontece, construindo-se uma sociedade mais inclusiva a partir, “[...] do ensino, da pesquisa e da extensão” (p. 5).

Quando se propõe a refletir sobre a prática pedagógica, o professor sinaliza que está disposto a repensar todo seu processo de ensino, sua metodologia e caminhos pedagógicos e a qualidade do ensino que perpassa a sala de aula. Este refletir é imprescindível quando se fala da inclusão dos alunos surdos. Reis, Silva e Silva (2014, p. 233) diz que:

Ao se pensar na inclusão do aluno surdo em sala de aula regular, faz-se necessário considerar a qualidade do ensino que permeia este espaço. Não basta apenas inserir este aluno na escola, devem ser oferecidas condições efetivas de permanência e aproveitamento deste aluno, a partir de situações concretas de aprendizagem.

Ou seja, quando se refere-se ao educando surdo, precisa-se considerar que o seu processo de aprendizagem acontece através do canal de comunicação espacial/visual, e não oral auditiva como os demais alunos. Diante disso, refletir sobre a prática docente é

um desafio, pois muitas vezes exige mudanças que podem ser com relação a forma de ministrar as aulas, os recursos utilizados, as adaptações nas atividades de aprendizagem ou avaliativas.

Como já mencionado, o aluno surdo é visual, nesse sentido a utilização de recursos visuais vai auxiliar na compreensão dos conteúdos, não será somente esse aluno o beneficiado, mas toda a turma na qual ele está incluído. Todo o fazer pedagógico é cercado de várias situações desafiadoras, surgindo muitas dúvidas, muitas inquietações, porém, tudo isso é necessário para que as mudanças aconteçam e se construa novos saberes, novas práticas que contemplem todos os alunos público alvo da educação inclusiva.

5. O Produto Educacional Como Ferramenta de Formação Continuada

O produto educacional, com base nos resultados da pesquisa, foi construído e aplicado com o objetivo de proporcionar um instrumento de apoio aos professores dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Neste sentido, o produto educacional foi desenvolvido no formato de um caderno de formação digital, foi aplicado em forma de oficina de Libras, como formação continuada para os participantes da pesquisa.

Os conteúdos foram pensados a partir da análise dos resultados dos questionários, pois, apesar da formação acadêmica dos participantes, em sua maioria, contemple o período de publicação da Lei Nº 10.436/02 e do Decreto Nº 5.636/05, boa parte dos professores atuantes no campus Poços de Caldas não tiveram sua formação em Licenciatura. Diante disso e apesar de já existir outros produtos educacionais que trabalham a Libras com diferentes focos, buscou-se inserir neste produto educacional um conteúdo que abrangesse informações sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, sobre a pessoa surda, sua cultura e identidade, os sinais básicos da Libras, como por exemplo: alfabeto manual, pronomes pessoais e possessivos, formas de cumprimento, expressões faciais na Libras, advérbio de tempo e frequência, números na Libras, verbos e horas em contexto e orientações acerca da comunicação com alunos surdos.

Trabalhar todos estes conteúdos numa mesma formação foi de suma importância visto que trouxe uma clareza aos participantes sobre a língua de sinais, sua estrutura e gramática, como os surdos aprendem e apreendem os conteúdos curriculares, a importância visual/imagética dentro deste contexto.

Além dos conteúdos descritos no caderno, foram gravados em vídeo os sinais trabalhados no caderno e na oficina, que ficará disponível em página no youtube, podendo este ser vinculado à página institucional se assim for julgado pertinente pela direção do campus. Ao final de cada conteúdo, há um link para acessar o vídeo e praticar os sinais.

Veja abaixo detalhes da capa do Caderno de formação:



Figura 1: Imagem ilustrativa do Caderno de Formação do Produto Educacional. Fonte: A autora (2023)

Todos os conteúdos propostos foram trabalhados de forma teórica e prática. No momento da aplicação do Produto Educacional, os participantes receberam o link do Caderno de formação digital. Na figura 2, logo abaixo, apresenta-se parte do sumário, como será visualizado no Caderno de formação, no qual também está sendo linkado vídeos sinalizados.

Além do Caderno, como já mencionado, os participantes terão acesso aos vídeos contendo os sinais gravados separadamente para que tenham um recurso para consulta e prática após o encerramento da aplicação do produto. Observe na figura 3, ao final da página o link em formato de televisão, ao ser clicado, abre um vídeo no youtube, contendo todos os sinais trabalhados no tema proposto no sumário.

Sumário	
 Orientações para Comunicar com Surdos	 Língua Brasileira de Sinais - Libras
 Alfabeto Manual ou Datilologia	 Os números na Libras
 Pronomes Pessoais e Possessivos	 Formas de Cumprimento
 Adverbios	 Horas em Contexto
 Verbos	 Cultura e Identidade

Figura 2: Imagem ilustrativa - detalhes do Sumário do Produto Educacional. Fonte: A autora (2023)

Observe:



TE@ (leu/tua) / SE@ (seu/sua)



PROPRI@ TE@ / SE@



PROPRI@ DEL@

SINAIS EM FOCO - 3 (PRONOMES PESSOAIS/POSSESSIVOS)



Figura 3: Imagem ilustrativa - página do Produto Educacional com link para o vídeo. Fonte: A autora (2023)

O desenvolvimento do produto educacional, teve como base teórica os trabalhos desenvolvidos por Kaplún (2003) e Leite (2018), os quais trazem importantes contribuições para que seja possível alcançar os objetivos propostos pelo Mestrado Profissional, possibilitando o desenvolvimento de um produto educacional com qualidade e utilidade no meio educacional. Também foi utilizado o texto de Pasqualli *et al* (2019), que apresenta como um diferencial do Mestrado Profissional o produto educacional e, este deve possuir “[...] aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino” (PASQUALLI *et al.*, 2019, p. 114). De acordo com Leite (2018), os mestrados profissionais na área do ensino, ligados a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), devem criar um produto educacional que possa ser usado nas escolas públicas brasileiras, este produto deve ser aplicado em sala de aula, ou em ambientes formais ou informais de ensino.

6. Resultados e Discussão

Desenvolver uma proposta pedagógica com vistas à inclusão implica em uma série de ações que parte desde um currículo pensado na inclusão, que tenha condições de promover no educando com deficiência o desenvolvimento do conhecimento, até a formação continuada dos professores que atuam em salas de aula inclusivas nas escolas regulares de ensino.

A luta por uma sociedade justa e igualitária a partir de uma forma mais ampla do ensino, dentro de uma proposta de escola que supere as divisões de classes e a homogeneidade, demonstra claramente a busca por uma sociedade inclusiva e acolhedora em que as pessoas com deficiência possam viver de forma justa e sem preconceito.

Neste sentido, a formação continuada docente (FcD) para o atendimento educacional aos alunos com necessidades específicas configura-se como uma necessidade, tanto para o desenvolvimento pessoal e profissional quanto para que a oferta educacional seja de fato inclusiva e de qualidade.

É neste contexto que o caderno de formação contendo informações sobre a Libras, foi trabalhado com os participantes, dentro de uma proposta de formação continuada, com intuito de suprir uma necessidade de conhecimento voltado para o melhorar a inclusão do público surdo nas escolas, que quase sempre fica restrito a atuação do tradutor e intérprete de Libras, não sendo possível interagir de forma particular com os professores, pois a estes falta o conhecimento da língua de sinais.

Após a formação, espera-se que os professores consigam desenvolver essa interação, a princípio, de forma básica, mas com o passar do tempo e interesse, possam aprimorar o conhecimento e a comunicação. Espera-se também que a partir deste momento os professores sintam-se instigados a conhecer mais essa língua tão rica e apaixonante.

Participaram da pesquisa 27 professores, destes, com relação à formação acadêmica 9 possuem Licenciatura, ou seja, a maioria são formados em outras áreas como a Engenharia, Direito, Administração, dentre outras e que estão na educação, certamente exercendo com muita responsabilidade seu papel como professor na EPT, mas infelizmente não tiveram em sua formação a oportunidade de conhecerem as especificidades que envolvem a inclusão de alunos surdos e como o conhecimento sobre a Libras podem ajudar a entender as necessidades destes alunos.

Quando perguntados sobre seu processo de formação acadêmica, se houve disciplinas que promovessem discussões sobre o ensino para estudantes surdos, apenas 3 responderam positivamente. E quando perguntados sobre o conhecimento da Libras a

maioria respondeu que não possui nenhum conhecimento.

8) Você possui algum conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras? Qual seu nível de conhecimento?

27 respostas

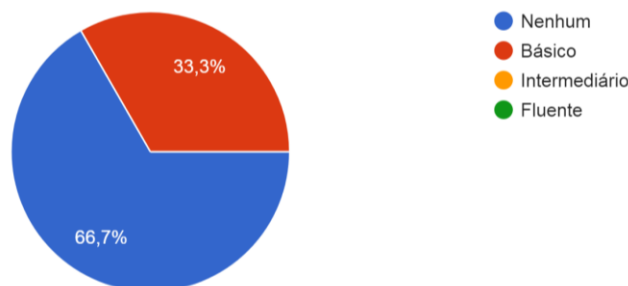


Figura 4: Conhecimento sobre a Libras. Fonte: A autora (2023)

A Lei nº 10.436/02 que institucionaliza a Libras como língua oficial brasileira foi decretada e sancionada no dia 24 de abril de 2002 e traz em seu Art. 4º a obrigatoriedade da inclusão da Libras nos cursos de formação para o magistério, e o Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, traz em seu Capítulo II, Art. 3º, a obrigatoriedade da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos que formam professores para atuarem em nível médio e superior, ou seja todos os cursos de Licenciatura, a partir deste decreto devem ter a Libras como disciplina obrigatória e nos demais cursos, ela é ofertada de forma optativa.

Porém, foi possível perceber que os participantes da pesquisa não foram contemplados com a inclusão da Libras em sua grade curricular, mas através de uma formação continuada é possível suprir esta demanda, e foi exatamente na necessidade percebida no campus Poços de caldas que o produto educacional foi elaborado e aplicado.

A perspectiva para a formação humana integral trazidas pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) vem sendo explicitada no artigo 5º da Resolução CNE/CEB n. 02/2012, baseando tanto a sua oferta quanto a sua organização, numa formação integral do estudante, tendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos e pedagógicos.

No entanto, Moura (2013, p. 719) diz que para se concretizar a formação humana integral, “[...] é fundamental compreender que a histórica dualidade estrutural na esfera educacional não é fruto da escola, mas da sociedade dual/cindida em que se vive, por imposição do modo de produção capitalista”. Por isso, a ideia da educação inclusiva como proposta de formação humana integral não pode ter como objetivo único profissionalizar os educandos com necessidades educativas específicas para o mercado de trabalho, mas que proporcione-lhes experiências orientadoras para um futuro profissional consciente e maduro. Só assim, teriam subsídios para uma equidade social com possibilidades de superação dessa dualidade educacional, bem como das desigualdades sociais.

6. Considerações Finais

Considera-se de suma importância refletir sobre as práticas inclusivas para que as instituições de ensino, em meio ao seu ambiente educacional, sejam um espaço de direito, tanto com relação ao acesso quanto à permanência exitosa. Seja também um ambiente livre de discriminação, de barreiras, onde as práticas pedagógicas

desenvolvidas contemplem os alunos com surdez que possuem necessidades bem específicas.

Por isso há a necessidade do conhecimento da Libras e das especificidades dos alunos surdos pelos professores, pois, a partir destes conhecimentos, a compreensão da diversidade dos sujeitos inseridos no ambiente educacional, bem como da percepção da importância da inclusão na educação fará toda a diferença no processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Participar de uma formação continuada em Libras traz a possibilidade de se sanar de forma parcial as dificuldades dos professores ao receberem um aluno surdo em sua sala de aula. Visto que, durante sua formação acadêmica, dependendo do ano de formação, não foi inserida a disciplina de Libras na grade curricular do curso, pois de acordo com o Decreto nº 5.626/05 esta inserção aconteceria no prazo de 10 anos em 100% dos cursos de formação de professores. Isto significa que os profissionais formados antes de 2005 não tiveram esta oportunidade.

Por isso é importante a atenção às legislações vigentes que norteiam a inclusão, os direcionamentos com relação a acessibilidade, a formação dos professores a fim de melhorar o processo de ensino/aprendizagem, buscando sempre olhar o educando não pela ótica de sua deficiência, mas a partir de suas possibilidades, desenvolvendo suas competências e habilidades.

Assim, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não estará apenas cumprindo uma determinação legal, irá além, entendendo a importância da inclusão e buscando desenvolver ações voltadas para o sucesso educacional do aluno surdo. Espera-se no decorrer desta pesquisa e na aplicação do produto educacional proposto, oferecer subsídios aos professores da EPT com relação a Libras e a pessoa surda, melhorar a comunicação e o acesso aos conteúdos curriculares

Referências

- ANDRÉ, Marli; GATTI, Bernardete A. Métodos qualitativos de pesquisa em educação no Brasil: origens e evolução. **Programa de Formação em Pesquisa e Pós-Graduação. Módulo VII. Pesquisa Qualitativa, parte II**, v. 26, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Lu/Downloads/M%C3%B3dulo%20VII%20Pesquisa%20Qualitativa%20parte%20II.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2021
- BORBA, Bruna Barros de. Os processos de aprendizagem e o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): do segundo ao terceiro ano do ensino fundamental. **Cadernos de Aplicação**, v. 33, n. 2, 2020.
- BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 9 jul. 2021.
- BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 9 jul. 2021.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 9 jul. 2021.
- BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 8 jun. 2021.
- BRASIL. **Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 7 abril. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2012a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 7 abril. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/ceb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/rceb006_12.pdf. Acesso em: 7 abril. 2022.

CORREIA, Patrícia Carla da Hora; NEVES, Bárbara Coelho. A escuta visual: a Educação de Surdos e a utilização de recurso visual imagético na prática pedagógica. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313158902010/313158902010.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

DIAS, Vagno E. M. A escola unitária em Antonio Gramsci. In: DIAS, Vagno E. M. **A escola unitária em Antonio Gramsci**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015, p.73-103. Disponível em: <https://classroom.google.com/u/2/c/Mjk3MDY2OTewNjkz/m/MzEyNDExMzYxNDg5/details>. Acesso em: 23 de mar. 2022.

IFSULDEMINAS. Conselho Superior. **Resolução nº68 de 15 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE do IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2020/068.2020.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

KAPLÚN, Gabriel. Materiais educativos: experiência de aprendizado. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acessado em 20 de jun. 2021.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In : CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 7., 2018, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UFAL, 2018. p. 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em 12 jul. 2021.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LUDWING, Antônio Carlos Will. A educação dos surdos no RS: currículos de formação de professores de surdos. Métodos de Pesquisa em Educação. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n. 2, p.204-233, jul.- dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18881/12572>. Acesso em 14 de jul. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2015, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2015. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cvBP2>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu/a/XBLGNcTcD9CvkMMxfq8NyQy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 3 ago 2021.

OBJETIVO de desenvolvimento sustentável 4. Educação de qualidade: garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PASQUALLI, Roberta et al. Os desafios da docência no ProfEPT. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 30, p. 317-334, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/24291>. Acesso em: 8 de jul. 2021.

PLANO de Desenvolvimento Institucional: IFSULDEMINAS 2019 - 2023. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/pdi/diagrama%C3%A7%C3%A3o-PDI-2020.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

REIS, Flaviane; SILVA, Thaís Coutinho de Souza; SILVA, Keli Maria de Souza Costa. Um olhar acerca da formação docente para atuar na educação de surdos. **Educação de Surdos**, p. 233, 2014. Acesso em: 8 jul 2022.

RINALDI, Giuseppe *et al.* (org). **Deficiência auditiva**. Brasília: SEESP, 1997. v.1. (Série Atualidades Pedagógicas; n.4). Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-27077/educacao-especial-deficiencia-auditiva-serie-Atualidades-pedagogicas-4---volume-i>. Acesso em: 9 mar. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Paradigma da inclusão e suas implicações educacionais. **Revista Fórum**, v. 5, p. 9-18, jun. 2020. Disponível em: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/1129/1130>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> Acesso em: 5 maio 2021.

SKLIAR, Carlos. **Atualidade da educação bilíngue para surdos**: processos e projetos pedagógicos. 4.ed., Porto Alegre: Mediação, 2013.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em 16 de mar. de 2022.